

## TERRITORIALIZAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: DISPUTANDO MODELOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Caroline Lins Ribeiro Ferreira<sup>1</sup>  
Kelci Anne Pereira<sup>2</sup>  
Amadeu José Montagnini Logarezzi<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva apresentar o contexto do extremo sul da Bahia e compreender como são gerados os conflitos socioambientais relacionados aos embates entre antagônicos projetos de educação e de desenvolvimento do campo, no processo de territorialização camponesa e seu enfrentamento contra as indústrias de papel e celulose. Com base na revisão de literatura e nas entrevistas com sujeitos deste território concluímos que a articulação dos movimentos sociais e demais interlocutores tencionam as contradições socioambientais na disputa pelo território, por um modelo contra hegemônico de educação e de produção que se opõem ao modelo antiecológico e socialmente desigual do agronegócio, ao oferecerem potencial contribuição para a formação de sociedades sustentáveis.

**Palavras-chave:** Conflito socioambiental. Desenvolvimento. Educação. Sociedades sustentáveis

## TERRITORIALIZATION IN THE SOUTH END OF BAHIA AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS: DISPUTING MODELS OF EDUCATION AND DEVELOPMENT

**Abstract:** The article aims to present the context of south of Bahia and to understand how the socioenvironmental conflicts related to the conflicts between antagonistic education and rural development projects are generated in the process of campestral territoriality and its confrontation against the pulp and paper industries. Based on the literature review and the interviews with the inhabitants of this territory, we conclude that the articulation of social movements and other interlocutors presses the socio-environmental contradictions in the dispute for the territory, as well as presses an anti-hegemonic model of education and production that oppose the anti-ecological and social model inequality of agribusiness, by the articulation of social movements and other interlocutors offer potential contribution to the formation of sustainable societies.

**Keywords:** Socio-environmental conflict. Development. Education. Sustainable societies.

## TERRITORIALIZACIÓN EN EL EXTREMO SUR DE BAHIA Y CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES: DISPUTANDO MODELOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Ciências Ambientais, São Carlos, Brasil, [clinsribeiro@gmail.com](mailto:clinsribeiro@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0002-4535-5011>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí, Licenciatura de educação do Campo LEdoC da UFPI/CPCE, Bom Jesus, Brasil, [kelcipereira@gmail.com](mailto:kelcipereira@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0002-2522-8285>

<sup>3</sup> Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Ciências Ambientais, São Carlos, Brasil, [amadeu@ufscar.br](mailto:amadeu@ufscar.br), <https://orcid.org/0000-0003-1859-2764>

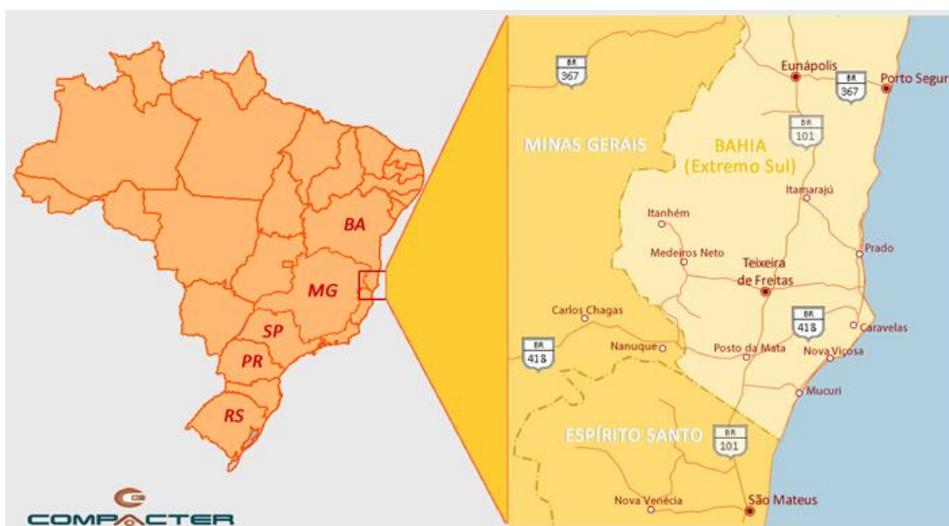
**Resumen:** El presente artículo tiene por objeto presentar el contexto del extremo sur de Bahía y comprender cómo se generan los conflictos socioambientales relacionados con los embates entre antagónicos proyectos de educación y desarrollo del campo en el proceso de territorialización campesina y su enfrentamiento contra las industrias de papel y celulosa. Con base en la revisión de literatura y en las entrevistas con sujetos de este territorio concluimos que la articulación de los movimientos sociales y demás interlocutores tensan las contradicciones socioambientales en la disputa por el território, por un modelo contra hegemónico de educación y de producción que se oponen al modelo antiecológico y socialmente desigual del agronegocio, al ofrecer una potencial contribución a la formación de sociedades sostenibles.

**Palabras clave:** Conflicto socioambiental. Desarrollo. Educación. Sociedades sostenibles.

## Introdução

O extremo sul da Bahia abrange 21 municípios<sup>4</sup> que somados totalizam uma área de 30.420 km<sup>2</sup>, representando 5,42% do total do território estadual da Bahia. Faz fronteira ao sul com o estado de Minas Gerais e a oeste com o estado de Espírito Santo, subdividindo-se em três zonas: Litorânea, Central e Oeste, com perfis heterogêneos e constituídos em específicos momentos históricos.

**Figura 1: Região do extremo sul da Bahia**



Fonte: FONTES, Ednice de Oliveira, MELO e SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de. Desigualdades regionais no extremo sul da Bahia: desafios e oportunidades. 2005, p. 53-59.

A zona litorânea foi a primeira a ser povoada e atualmente conta com atividades turísticas devido as suas características de beleza natural e a facilidade de acesso após a construção da BR-101. A zona central é a mais povoada e conta

<sup>4</sup> Alcobaca, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuan, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas e Vereda.

com atividades de extração e exportação de madeira, pecuária e o monocultivo de eucalipto que atualmente se sobressai como atividade econômica para a fabricação de papel e celulose. Com baixa densidade demográfica, a zona oeste também desenvolve a pecuária, cultivos de cacau, café, mamão e, nos últimos 30 anos, tem chamado à atenção de investimentos estrangeiros (LÉON et al., 2016).

Após a década de 1970, o extremo sul da Bahia passou a ser valorizado por sua contribuição econômica ao estado baiano, gerando riquezas pouco distribuídas àqueles que lá trabalham e intensificando os impactos socioambientais decorrentes da exploração de terras, extração de bens ambientais e exploração de mão de obra camponesa. A ocupação de grandes áreas pelas empresas transnacionais, inclusive áreas destinadas à reforma agrária, terras indígenas e no entorno de Unidades de Conservação da Mata Atlântica causaram e ainda causam intensos conflitos socioambientais. Isto sem contar os impactos diretos no solo, fauna, flora e recursos hídricos (SANTOS; SILVA, 2004).

A partir da década de 1990, o processo de integração do extremo sul da Bahia à economia estadual e nacional se privilegiou principalmente do acesso rodoviário facilitado, de incentivos fiscais concedidos pelo município e de financiamentos concedidos pelo BNDES<sup>5</sup> às empresas de papel e celulose, consideradas equivocadamente como empresas de reflorestamento.

Tais fatores estimularam a expansão da cultura do eucalipto e a introdução de empresas de papel e celulose como a Veracel, a Suzano que passam a atender prioritariamente as demandas do mercado externo com forte apelo ao modelo de produção de commodities baseada em pacotes tecnológicos do agronegócio (agrotóxicos, fertilizantes, adubos, mudas clonais) e eficiente articulação entre capitais (fundário-industrial-midiático e financeiro internacional). Tal articulação transforma intencionalmente os países periféricos, como o Brasil, em produtores e exportadores de commodities já que esta etapa é a socioambientalmente mais onerosa, impactante e com menor agregação de valor na cadeia produtiva mundializada (LEÃO; VASCONCELOS, 2015 apud PERPÉTUA e THOMAZ, 2017).

Diante da conjuntura apresentada, traçamos como objetivo deste artigo compreender o contexto do extremo sul da Bahia e como são gerados alguns dos

---

<sup>5</sup> O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo a investimentos que contribuam com o desenvolvimento do País. Contudo, seus critérios de liberação para créditos tem privilegiado o financiamento às exportações beneficiando empresas nacionais internacionalizadas para exportações vinculadas aos setores de infraestrutura e energia na produção e escoamento de commodities. (<https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/bndes-duas-criticas-opostas-7334.html>)

conflitos socioambientais presentes no embate entre antagônicos projetos de desenvolvimento e territorialização do campo. Para isso, lançamos mão de extensa revisão bibliográfica das principais literaturas sobre os temas conflito, territorialização e sustentabilidade, além de pesquisar referências relacionadas ao extremo sul da Bahia.

Também utilizamos metodologicamente dados qualitativos da pesquisa de campo, obtidos por meio de entrevistas com docentes, direção e coordenação pedagógica de três escolas<sup>6</sup> deste território, envolvidas com a matriz pedagógica da educação do campo, além de entrevistas junto à equipe vinculada ao Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACEPTECA)<sup>7</sup>, responsável pelo Projeto Assentamentos Agroecológicos no extremo sul da Bahia.

Por meio da análise destes dados, pudemos verificar que tanto o trabalho das escolas que articulam luta pela terra, soberania alimentar, saúde, educação e políticas públicas, como o trabalho da equipe do NACEPTECA que atua na direção de uma transição agroecológica dos assentamentos de reforma agrária deste território, têm favorecido o processo de territorialização camponesa no extremo sul da Bahia, ainda que cercados de contradições e desafios referentes às estratégias de territorialização do capital, representados pelos interesses das indústrias de papel e celulose.

Para melhor compreender a complexidade deste debate, estruturamos este artigo em cinco sessões, apresentando inicialmente reflexões sobre como a questão socioambiental tem sido abordada hegemonicamente e que tipo de desenvolvimento e de educação estão em disputa neste debate. Em seguida, no item: Conflitos socioambientais e a disputa por território, apresentamos tipos de territorialização do campo, as principais atividades que ocasionam o conflito no Brasil, sua localização e os diferentes sujeitos envolvidos neste processo.

O item Extremo sul da Bahia e os conflitos no campo apresenta as especificidades deste território, os conflitos históricos que envolvem a estruturação de seu espaço regional, bem como o seu processo de industrialização marcado pela intensa exploração de matérias-primas e expropriação de mão de obra, além de

---

<sup>6</sup> A Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto está localizada no município de Prado, no assentamento Jacy Rocha; a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Estrelas do Chê” está localizada no Assentamento Gildésio, em Eunápolis-BA e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Freire está localizada no assentamento Lulão, em Santa Cruz Cabrália-BA.

<sup>7</sup> Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP/Esalq

discorrer sobre algumas medidas de incentivo à ocupação das terras pelos pecuaristas, madeireiros e mais recentemente pelas indústrias de papel e celulose.

No item: Agricultura camponesa e sujeitos de resistência, sintetizamos como o processo combinado de ocupação, exploração e expropriação que compõem o modelo dominante de desenvolvimento do campo, ao mesmo tempo em que condiciona as relações socioambientais existentes neste território, provoca paradoxalmente diferentes formas de resistência e novas relações em direção contrária, tanto do pensar e de fazer agricultura, como dos processos educativos que delas se desdobram pelo trabalho com a terra.

Desenvolvimento e educação na (re)territorialização camponesa apresenta experiências educativas e estratégias de movimentos sociais e outros sujeitos articuladores que estão sendo construídas diariamente na direção de um outro projeto de educação e desenvolvimento do campo, bem como os desafios enfrentados neste processo. Por fim, no item considerações finais, pudemos concluir que tanto as articulações pedagógicas das escolas do campo, como as ações socioambientais de transição agroecológica dos assentamentos oferecem potencial contribuição para a construção de outro modelo de educação e de desenvolvimento do campo que consideram os sujeitos que nele vivem, bem como seus saberes e práticas ancestrais e contemporâneas, coadunando com outras ações e projetos que objetivam a reforma agrária popular e junto com ela a formação de sociedades sustentáveis.

### **Questão socioambiental, desenvolvimento e educação**

A questão socioambiental, analisada sob a lógica do sistema de produção capitalista, apresenta inúmeras contradições. Uma delas é a relação entre crescimento econômico - orientado pelo livre mercado e pela necessidade de acumulação e maximização da produção com um fim em si mesma, ainda que justificados para o melhoramento das condições sociais - e a degradação do meio ambiente, na medida em que mais “recursos” teriam que ser sacrificados para satisfazer demandas socioeconômicas e de sobrevivência da humanidade.

Nesta perspectiva, que é a dominante, a crise socioambiental não está relacionada a uma crise estrutural do capital, que ao acumular ilimitadamente e produzir riqueza para poucas pessoas, prejudica ou destrói suas próprias condições de reprodução (ambiente e trabalhadoras/res). A crise está sim relacionada a um

descompasso entre a diminuição da disponibilidade de “recursos naturais” e o crescimento socioeconômico necessitando, portanto, de técnicas e tecnologias que prolonguem o tempo de exploração socioambiental e também de um ajustamento ecológico do comportamento da população para diminuir os impactos de “nossas” ações no ambiente (ALTVATER, 2006; LAYRARGUES, 2012).

Assim, o uso predatório dos bens ambientais é analisado como um problema desvinculado da luta de classes. Esta análise oculta da questão socioambiental quem são os sujeitos mais impactados negativamente com a crise: trabalhadoras/es do campo e da cidade, comunidades tradicionais, empobrecidas/os em geral. Neste sentido, tanto a educação como a tecnologia, no sistema capital, acabam voltando a sua finalidade para interesses de crescimento econômicos privados e não ao atendimento das necessidades humanas, ou da subordinação da técnica ao bem-estar de trabalhadora/es (MÉSZÁROS, 2006).

A concepção de educação orientada por tal perspectiva objetiva contribuir então para a resolução da crise, promovendo práticas educativas que individualmente adéquem os comportamentos das pessoas, na relação cotidiana com o ambiente e com demais seres. Além disso, também é incentivada a melhoria de técnicas e tecnologias que prolonguem o tempo de exploração do ambiente e das pessoas que sustentam este modelo de desenvolvimento, orientado pela lógica de dupla exploração (social e ambiental) e não de sua superação.

Além desta contradição, a confusão conceitual existente entre crescimento econômico e desenvolvimento também tem sustentado bases epistemológicas para programas e ações educativas corporativas. Estas, ao justificarem seu importante papel no crescimento econômico do país (ou da região), usam de práticas compensatórias para promover o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que mantém a sua lógica de acumulação, expropriação e exploração. Ou seja, as empresas têm promovido uma educação que aborda questões ambientais desvinculadas da relação direta entre degradação socioambiental causada pela sua lógica de produção e do seu discurso ou de sua ação sustentável. Estrategicamente, esta educação corporativa tem sido utilizada como instrumento de neutralização do pensamento crítico e da geração de conflitos frente ao questionamento deste modelo, bem como, para a desmobilização social ao contribuir para a difusão de princípios e valores do capital, incongruentes com a perspectiva emancipatória de educação.

Este cenário de dominação ideológica sobre as raízes da crise em que vivemos e de suas consequências nos fazem levantar alguns questionamentos: quem e o que se quer sustentar nesta perspectiva educativa de desenvolvimento? Qual concepção de educação será utilizada e para qual finalidade? Será possível um modelo de desenvolvimento, dentro do sistema capitalista, que consiga ser democrático e sustentável, mesmo sendo inerente ao seu modo de produção a exploração exaustiva dos “bens ambientais” e das pessoas que nele trabalham? Como resolver a desigualdade de acesso aos serviços ambientais e a distribuição do seu prejuízo ou o bônus do desenvolvimento entre as classes sociais? É importante que a educação discuta estas questões?

Procurando respostas, encontramos algumas afinidades com o debate da educação para a formação de sociedades sustentáveis que se contrapõem a este projeto de educação vinculado ao discurso do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social, e que por isso focam numa utopia de superação das relações socioambientais mantidas pelo sistema capital.

A perspectiva de formação de sociedades sustentáveis inclui diferentes utopias que apresentam horizontes alcançáveis movidos pela esperança, pelas ações individuais e coletivas, na direção do bem comum, ao priorizar a qualidade de vida das sociedades, elementos culturais e históricos das comunidades, o direito de coexistência entre seres humanos e destes com outros seres bióticos e abióticos e não apenas o desenvolvimento econômico e empresarial (DIEGUES, 1992; SORRENTINO et al., 2017).

Portanto, a conservação dos processos vitais dos ecossistemas, a diversidade biológica, o manejo cuidadoso dos serviços ambientais, a distribuição equitativa da riqueza gerada, outras tecnologias socioambientais, formas de produção, consumo e circulação de produtos, a participação da população nas decisões e as liberdades democráticas tornam-se fundamentais para que sociedades sustentáveis possam de fato se estabelecer dinamicamente (DIEGUES, 1992). Nesta compreensão de sociedades sustentáveis, a crise ambiental é analisada para além de sua perspectiva econômica, mas como uma crise societária na qual o descompasso entre disponibilidade de recursos e o crescimento socioeconômico tem relação direta com o nosso modo de produzir e reproduzir a vida, nossa relação com o ambiente e com outros seres, marcada por históricas desigualdades, explorações e diferentes conflitos.

O descompasso entre sociedade e ambiente está, portanto, nesta relação de desigualdade e exploração, principalmente entre classes sociais, estabelecida no atual modelo capitalista, de forma a privilegiar alguns seres (humanos) em detrimento de outros e sua implicação no tipo de relação estabelecida com o ambiente e outros seres não humanos.

Neste sentido, o desenvolvimento para contribuir com a superação de tal descompasso deveria estar a favor da humanização, do bem viver comum, o que implica mais do que democratizar a esfera econômica (seus bônus e ônus), mas também valorizar o respeito à diferença cultural, espiritual, social, primando pela (bio)diversidade e pelo próprio projeto de formação de sociedades sustentáveis.

Ao contrário disso, segundo Casado, Sevilla-Guzmán, Molina (2000), os programas sociais, projetos educativos e políticas de desenvolvimento ainda são realizados hegemonicamente, sem a participação da sociedade e estão direcionados, principalmente, ao crescimento econômico em uma perspectiva generalizada de progresso, homogeneizadora sócio e culturalmente. Tal perspectiva gera conflitos entre antagônicas projeções de desenvolvimento que, por sua vez, impulsionam diferentes organizações sociais.

### **Conflitos socioambientais e a disputa por território**

Um dos principais conflitos históricos do Brasil é o conflito socioterritorial (por terra e território), enfatizado desde o processo de colonização portuguesa, juntamente com o estabelecimento do capital na sociedade, com base no sistema extrativista, momentos que marcam o início da questão agrária brasileira (STEDILE, 2012). Somados aos conflitos socioterritoriais, também podemos citar os conflitos pelo uso da água e por sua qualidade, pelas questões trabalhistas, entre outros conflitos socioambientais ocasionados pelo que Acserald, Mello e Bezerra (2009) chamam de injustiça ambiental.

Os conflitos socioambientais vêm sendo divulgados em plataformas como a do “Mapa de conflitos ambientais” que registram diferentes tipos de injustiça ambiental e de saúde no Brasil, a sua localização e as/os agentes dessa injustiça. Nela é possível verificar a absoluta predominância de conflitos rurais no somatório dos dados investigados.

Em 2016, por exemplo, apenas 17,51% dos conflitos estavam nitidamente inseridos em áreas urbanas sendo, portanto, os conflitos nas áreas rurais correspondentes a aproximadamente 70% do total (considerando 19,54% das áreas

rural-urbanas). Estes conflitos atingem vastas extensões de terra, por vezes alcançando mais de um município e até de um estado, envolvendo diferentes sujeitos e/ou grupos como agricultoras/es, movimentos de sem terra, povos indígenas, quilombolas, pescadoras/es artesanais, entre outros (PACHECO, 2017).

Uma das análises sobre a atribuição de responsabilidade pelo conflito, realizada em 2016 pela pesquisa da Fiocruz, divulgada na plataforma citada, aponta que a presença da atuação de entidades governamentais representa 62,31% da responsabilidade pelos casos de conflito. As políticas públicas e a legislação ambiental representam 23,95% e a atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público correspondem a 16,25%. Essas três categorias aparecem, na maioria dos casos, associadas a um segundo fator que é o que leva diretamente ao conflito, na medida em que foi a política pública que permitiu a ação contra os interesses das comunidades. Segundo esta pesquisa, as principais atividades que envolvem conflitos no Brasil são:

monocultivos (presentes em 29,48% dos casos), as barragens e hidrelétricas (16,08%), a mineração, garimpo e siderurgia (15,91), a pecuária (12,73%), as madeireiras (11,89%), a especulação imobiliária (8,38%), a indústria química e do petróleo (8,21%) e os agrotóxicos (7,71%), entre outros, ganham cada vez mais espaço no território, destruindo os bens comuns e as populações, com o aval dos governantes e as bênçãos dos legislativos e judiciários (PACHECO, 2017).

Diante desta realidade, desde 1975 a Comissão Pastoral da Terra tem registrado os conflitos no campo, publicando-os anualmente. Além dela há o banco de dados de luta pela terra, chamado “Data luta” e a plataforma do racismo ambiental<sup>8</sup> que, segundo Pacheco (2017), está relacionado às injustiças sociais e ambientais que recaem sobre etnias e populações mais vulneráveis.

O ano de 2017 foi marcado por conflitos relacionados à disputa por posse e domínio de terras no Brasil, culminando com a generalização da violência no campo, com assassinatos em massa, entre outras coações como método de exterminar focos coletivos de resistência no campo<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Este racismo não se configura apenas por meio de intenção racista, mas, igualmente, por ações que ocasionem impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (PACHECO, 2017).

<sup>9</sup> Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram exemplos de violência no campo em 2017: a Chacina de Colniza, no Mato Grosso, com o assassinato de nove posseiros do assentamento Taquaruçu do Norte a mando de madeireiros da região, em abril; a Chacina de Vilhena, em Rondônia, ocorrida no mês de maio, com a morte de três trabalhadores rurais por lutarem pela Reforma Agrária; o Massacre em Pau D’Arco, no Pará, ocorrido em maio, com o assassinato de 10 camponeses por policiais militares e civis; o Massacre em Lençóis, na Bahia, ocorrido em julho,

A maioria dos casos de violência que envolve conflitos agrários foi registrada em alguns estados do Norte e Nordeste brasileiro (principalmente regiões de fronteiras agrícolas) e, segundo o coordenador nacional da CPT, os conflitos estão relacionados à valorização da terra devido aos investimentos: de grandes empresas, de políticas públicas para transportes de mercadorias, de reserva de terras e de especulação de áreas de exploração (CPT, 2017).

Neste sentido, a questão agrária brasileira representa grande parte do conflito territorial e tem em seu cerne problemas relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra (STÉDLE, 2012). Estes dados contrapõem teorias baseadas no paradigma do “capitalismo agrário” que consideram a questão agrária como superada, particularmente pelo fim das relações camponesas diante do processo de territorialização do capital no campo (ABRAMOVAY, 1992).

Consideramos que a questão agrária é um fenômeno histórico no Brasil, longe de ser solucionado, reservando contradições que possibilitam diferentes tipos de relações socioambientais no campo, o que inclui as relações do campesinato. Segundo Oliveira (1999) as teorias sobre monopolização do território pelo capital e a territorialização do monopólio pelo capital são processos contraditórios que regem atualmente a produção agrícola brasileira. Tais processos auxiliam a compreensão da disputa pelo território entre o campesinato e o agronegócio e os tipos de educação sustentados por eles, bem como fatores que originam o conflito socioterritorial no extremo sul da Bahia.

A monopolização do território pelo capital, segundo o autor, ocorre quando o processo de produção é determinado pelo capital. A quantidade, a forma e o que será produzido são comandados pela indústria e vendidos para ela. Desse modo, é possível manter ou recriar relações não capitalistas no interior do processo de produção pelas/os camponesas/es ao venderem seus produtos e não a sua força de trabalho. Há, portanto, alguma autonomia na relação dos sujeitos do campo com a terra, ou seja, com os meios de produção, embora exista a subordinação camponesa para a aquisição da renda da terra na comercialização do excedente de seus produtos. O autor chama este processo de sujeição da renda da terra ao capital e afirma que ele acontece sem que haja a expropriação de seus instrumentos de produção, ou seja, sem que a(o) trabalhadora(or) seja expulsa(o) da terra (OLIVEIRA, 1999).

---

quando oito quilombolas foram assassinados na comunidade de Lúna, entre outros casos que representam, neste modelo de desenvolvimento, a violência contra camponesas em todo o País.

Já a territorialização do monopólio pelo capital acontece quando há uma ampliação das relações capitalistas no campo, com a existência do trabalho assalariado e a apropriação da terra (proprietário fundiário). Assim, a mesma pessoa (jurídica, frequentemente corporação transnacional despersonalizada) comanda a produção agrícola e a produção industrial, especialmente ao se verificar a garantia do lucro. Ou seja, a extração da renda fundiária e as relações de produção e de trabalho estão sob o controle da indústria que controla também o processo de organização e reorganização do território, o uso e a exploração da terra e o seu preço por deter grande parte das propriedades, em determinada fração do território, que se torna meio de produção e também negócio devido à extração da renda da terra (ibid.).

De fato, o aumento dos investimentos privados para fins agroindustriais acentuou a concentração de terras, desestabilizando o território camponês e seu metabolismo com o ambiente. Contudo, este movimento de conflitualidade entre territorialização camponesa e territorialização do capital, para autores como Fernandes (2009) é paradoxal. A conflitualidade promove, concomitantemente, o movimento geográfico de territorialização, desterritorialização e re-territorialização (TDR) possibilitando diferentes tipos de relações socioambientais correspondentes ao movimento das propriedades dos espaços e territórios, na direção de sua expansão ou criação, de sua destituição, ou de nova expansão após destituição (FERNANDES, 2005, p. 29).

Segundo Fernandes (2004), é diante da diferença de interpretação sobre o movimento da conflitualidade que há divergências nos paradigmas que orientam o debate do desenvolvimento da agricultura no capitalismo: o questionamento da permanência do campesinato ou de seu fim. Esta e outras discussões estão no cerne de dois principais paradigmas sobre o desenvolvimento do campo: paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário.

Para o autor, no paradigma da questão agrária, o campesinato é destruído no processo de desterritorialização e recriado na sua re-territorialização pelo próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo, mantendo relações não capitalistas sujeitas às relações capitalistas de mercado.

Já o paradigma do capitalismo agrário afirma ideologicamente o fim do campesinato pela participação expressiva da agricultura de base familiar na consolidação do capitalismo na agricultura (territorialização do monopólio do capital) e/ou o fim do campesinato devido à relação de trabalho assalariado em substituição

ao trabalho no campo como local de vida e produção. Nesta perspectiva, a agricultura camponesa se profissionaliza deixando de ser prioritariamente um modo de vida (cultura), passando a ser uma agricultura familiar tecnificada<sup>10</sup> com finalidade exclusiva de produção para o (agro)negócio e não mais camponesa, com sentido identitário e cultural do sujeito do campo (FERNANDES, 2004).

De acordo com o paradigma da questão agrária, que considera o processo de T-D-R do campesinato e não a sua ideológica extinção como categoria, apresentamos a seguir uma breve caracterização do extremo sul da Bahia nesta perspectiva, pontuando alguns conflitos socioambientais relacionados aos processos de (re)territorialização camponesa e de territorialização do capital, focando antagônicas projeções de desenvolvimento do campo e o tipo de educação sustentado por eles, particularmente, na disputa contra grandes indústrias de papel e celulose.

### **O extremo sul da Bahia e os conflitos no campo**

Segundo Malina (2013), o extremo sul da Bahia possui um histórico de alta expropriação de terra, exposição a agrotóxicos e produtos químicos, contaminação e escassez de água, entre outros diferentes impactos socioambientais. Desde o período de colonização sua história é marcada por conflitos permanentes que objetivaram, por parte dos dominadores, a apropriação privada da base material da vida. O monopólio da propriedade privada da terra pela coroa portuguesa, bem como a posse entregue a concessão de uso apenas para alguns latifundiários<sup>11</sup> e o predomínio do sistema de plantation<sup>12</sup> deram início à questão agrária brasileira da atualidade, interpretada sob as condições de uso, posse e propriedade da terra (STEDILE, 2012).

---

<sup>10</sup> Segundo Delgado (2010), a agricultura familiar tecnificada faz parte de uma proposta política neoliberal de desenvolvimento rural que objetiva transformar os sujeitos do campo em produtoras/es para exportação, materializando assim a “vocação natural brasileira de país agroexportador”. Segundo o autor, de modo geral, as/os produtoras/es seduzidos por tal proposta estão endividadas/os com custos de produção elevados e com consideráveis problemas ambientais nas áreas de cultivo.

<sup>11</sup> Os latifundiários seriam inicialmente pessoas com recursos financeiros, ou portugueses pobres que recebam a concessão de sesmarias com o compromisso de cultivá-las para a produção e exportação (cana-de-açúcar), sob pena da perda de tal concessão (MEDEIROS, 2012). No contexto de conflitos no campo, este conceito se relaciona aos proprietários de grande extensão de terras representados pela expansão da territorialização do capital materializado pelas grandes áreas de terras necessárias às indústrias de papel e celulose como a Veracel e Fibria.

<sup>12</sup> A *plantation* associava grandes extensões de terra, produção para exportação e trabalho escravo. As *haciendas* implantadas pelo capitalismo espanhol nas suas colônias combinaram trabalho servil, produção para a exportação e produção para o mercado interno (STEDILLE, 2012, p. 644).

Souza e Overbeek (2008) afirmam que entre os séculos XVI ao XVIII houve um povoamento tardio do extremo sul baiano, por parte dos colonizadores, tanto por fatores ambientais como por fatores de conflito intenso com as diferentes etnias indígenas<sup>13</sup> presentes no local. O povoamento, neste caso, se restringiu à faixa litorânea e às margens dos principais rios, com predomínio da agricultura de subsistência e da exploração de madeira e de pedras preciosas.

O papel marginal da região na economia da época, segundo Malina (2013), permitiu a formação de uma sociedade baseada na agricultura em pequena escala, de auto-sustento, troca de excedentes e no trabalho de famílias camponesas e pescadoras. (KOOPMANS, 2016; PERPÉTUA; THOMAZ, 2017).

No período em que a mineração entrava em decadência começou a se efetivar a desestruturação das antigas formas de ocupação e reprodução social deste território. Segundo Malina (2013) o período foi marcado pela “guerra justa”, com a desapropriação das terras indígenas e outras violências para iniciar o projeto de desenvolvimento que começou a incorporar o extremo sul à economia capitalista, principalmente com a produção da farinha de mandioca e de arroz, milho, feijão, pesca e posteriormente com a produção e exportação do cacau brasileiro.

A construção da rodovia BR 101, em 1996, teve papel fundamental na estruturação do espaço regional, facilitando interligações estratégicas com diferentes estados. Assim, a extração e a comercialização da madeira foram facilitadas, bem como outras possibilidades de industrialização. Eram oferecidas medidas de incentivo como a redução de tributação e a isenção fiscal à construção de madeireiras e serrarias por meio de acordos firmados conforme os interesses dos extratores das florestas, iniciando, assim, a ocupação destas áreas pelos pecuaristas (PERPÉTUA; THOMAZ, 2017).

Após esse período, na década de 1970, houve aumento dos impactos socioambientais devido ao desmatamento ilícito da Mata Atlântica, o que oportunizou os primeiros plantios de eucalipto em larga escala, realizados com incentivo do governo estadual ao propor a criação de um distrito florestal no extremo sul baiano. Desta maneira, a concentração fundiária foi intensificada “valorizando” as terras da região, propiciando a chegada dos futuros megaempreendimentos da indústria de papel e celulose (MOLINA, 2006; PERPÉTUA; THOMAZ, 2017).

---

<sup>13</sup> A região do extremo sul era área de fuga para diferentes etnias: Aimorés ou Botocudos, Mongoyós, Pataxós, Cumanaxós, Cutaxós, Pañames, Malali, Maxakalis, Baeñas, Kamakás. Ao prevalecer a mineração na região pouco povoada e a estratégia de fuga ao contato, ou ataque à frente de expansão até 1976, essas etnias mantiveram seus territórios e cultura (MALINA, 2013).

O extremo sul passou a ser uma das mais importantes áreas econômicas do estado baiano, seguindo a lógica do capitalismo agrário globalizado do século XXI, tendo a produção agrária forte influência das empresas agrícolas transnacionalizadas e do capital financeiro (STEDILE, 2012).

Segundo dados da Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, no ano de 2008, a região destinou 21,54 % de suas áreas para o plantio de eucalipto, dados estes que vêm crescendo com os altos investimentos privados no setor. Léon et al. (2016) afirmam que o investimento privado com fins agroindustriais aumentou a concentração de terra e diminuiu a demanda por mão de obra assalariada, agravando a situação de extinção de pequenas e médias propriedades rurais. Isso ocasionou transformações na estrutura agrária no estado baiano e consequentes desequilíbrios regionais por meio da tendência à reconcentração da terra, principalmente ao norte e ao sul da região. Processo caracterizado como a territorialização do monopólio pelo capital, como visto anteriormente.

Nas décadas de 1970 e 1990, o Extremo Sul da Bahia apresentou-se como um novo lugar na divisão territorial do trabalho, a partir do polo de plantação de árvores com fins industriais. Foi desenvolvido um grande projeto de implantação da eucaliptocultura, fruto de uma política de concentração de atividades no setor, com a compra de terras e o financiamento estatal. Muitas foram as consequências para o ambiente e para a estrutura agrária e agrícola da região (MALINA, 2013).

Segundo a autora, a centralização do capital investido pelas indústrias de papel e celulose no Brasil tem se materializado com fusões entre as maiores empresas do setor, processo denominado joint venture, somado à aquisição de outras pequenas firmas. Tal centralização possibilita a internacionalização das companhias, o aumento da territorialização do monopólio pelo capital e a baixa ou nenhuma concorrência entre as empresas.

A fusão das empresas Suzano Papel e Celulose S. A. e a transnacional Veracruz, joint venture entre a brasileira Fibria e a sueco-finlandesa Stora Enso é um exemplo de uma das estratégias de monopolização do capital no extremo sul da Bahia. Destacamos ainda, a recente compra da Fibria pela empresa Suzano da família Feffer, anunciada em março de 2018, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) um papel fundamental nas negociações: criação de uma empresa gigante no setor, com dinheiro público para fins privados.

Tal ocorrência torna a empresa a quinta maior companhia em valor de mercado e a maior empresa do agronegócio brasileiro. A participação do BNDES na

Fibra teve início em 2009, com aporte de capital para a criação da empresa, resultante da combinação entre Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose (HIRATA, 2018).

É neste contexto que o moderno projeto hegemônico de progresso e de desenvolvimento territorial do campo se materializa pelo agronegócio das indústrias de eucalipto, papel e celulose, com investimentos do Estado. Além disso, são elaboradas estratégias de dominação e convencimento por meio de discursos sobre a geração de empregos e tecnologia que ocultam processos de exploração da natureza: classe trabalhadora e bens ambientais. Tais estratégias incluem a positivação das ações da empresa afirmadas em propostas educativas ou programas de “apoio” à educação dos municípios mais impactados.

Como exemplo, podemos citar o Programa da empresa Veracel que atua no ramo de celulose no extremo sul da Bahia e por meio de ação nas escolas com o apoio das secretarias municipais de educação, com formação de leitura e escrita de pessoas jovens e adultas, formação de formadoras/es, construção de estruturas físicas como: minibibliotecas e infocentros, distribuição de kits escolares em escolas indígenas com parceria da Funai, entre outros programas de educação ambiental, de geração de renda e para as futuras gerações.

Estas e outras ações empresariais que servem para a compensação de seus impactos e como instrumento ideológico para manter a hegemonia, fazem parte das contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista, e neste sentido, ao mesmo tempo em que condicionam as relações socioambientais existentes, negando outras formas de relação entre sociedade e ambiente, ao imporem um modelo único dominante, também provocam paradoxalmente diferentes formas de resistência e novas relações em direção contrária. Ou seja, ao mesmo tempo em que estas ações apazíguam situações de conflitos, no próprio movimento da conflitualidade, elas também são geradoras de novos conflitos e novas ações contra hegemônicas.

### **Agricultura camponesa e sujeitos de resistência**

Diferentes movimentos sociais vêm se destacando como protagonistas de propostas contra hegemônicas de desenvolvimento e de educação, com base na sustentabilidade do campo e da cidade. Tais propostas contrariam aquelas alicerçadas no desenvolvimento sustentável e orientadas pelo crescimento econômico, propagadas por uma educação de interesses corporativos e

meritocráticos, na qual prevalece a transferência acrítica de conhecimentos e tecnologias que, particularmente favorecem o agronegócio, modelo de produção agrícola imposto pela revolução verde.

A resistência frente à exploração do agronegócio e a negação de uma educação como mercadoria mobilizam a organização dos movimentos sociais na região do extremo sul da Bahia, mediante enfrentamentos, ocupações, caminhadas, construção de alianças estratégicas locais e nacionais e o desenvolvimento de princípios pedagógicos. Estes princípios trazem especificidades da vida no campo, como é o caso da gênese da própria educação do campo<sup>14</sup>, e particularmente, da “Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto” por meio de suas ações articuladas com as escolas do campo no extremo sul da Bahia.

O protagonismo das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, por exemplo, levou à mobilização para a ocupação de fazendas onde atuavam grandes empresas de papel e celulose da região: Suzano + Fibria e Veracel. Iniciativas semelhantes foram realizadas por outros movimentos sociais de abrangência nacional e regional como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), o Movimento de Resistência Camponesa (MRC), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Frente de Trabalhadores Livres (FTL), Associação dos Produtores Rurais Unidos Venceremos (Aprunve), entre outros.

Em diferentes estados o MST tem sido atuante, não sendo diferente na região do extremo sul da Bahia. Sua história, segundo Fernandes (2012), está associada à luta pela reforma agrária popular e a projeção de um modelo contra hegemônico de educação e desenvolvimento do campo no Brasil. O movimento nasceu da ocupação da terra e sua reprodução se dá por meio da espacialização e da territorialização da luta pela terra. Assim, o movimento conquista frações do território do latifúndio transformando-as em acampamentos<sup>15</sup> e assentamentos<sup>16</sup>, produzindo

---

<sup>14</sup> Segundo Caldart (2012, p. 257) a educação do campo pode ser considerada com um fenômeno da realidade brasileira protagonizado pelos sujeitos trabalhadores do campo e suas organizações. Ela visa “incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas que remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais camponesas e ao embate entre projetos de campo”, orientadores de lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país, de sociedade, nas concepções de políticas públicas de educação e de formação humana.

<sup>15</sup> Acampamento é uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia pressionando os governos na realização da Reforma Agrária. É fruto do trabalho de base, organizado pelas famílias para ocupar um latifúndio, enfrentando difíceis condições em barracos de lona preta, com arranjos possíveis para se plantar uma horta, estabelecer uma “escola”, uma “farmácia” e um local de assembleia. Os acampamentos são espaços e tempos de transição para a conquista da terra, na construção do território camponês (FERNANDES, 2012; p. 23).

espaços de resistência e ampliando, portanto, o território camponês. Sua atuação é dimensionada em vários setores: como a produção, a educação, a cultura, a saúde, frente de massa, as políticas agrícolas e a infraestrutura social (FERNANDES, 2012).

Fernandes (2012) menciona que, no seu processo de territorialização no campo, o MST se organiza para a formação de assentamentos, de cooperativas e associações agropecuárias. Além disso, com o intuito de extrapolar a distribuição de terra concebida pela clássica reforma agrária, o movimento tem se organizado na direção de criar uma reestruturação da produção, das técnicas e das escalas para garantir a soberania alimentar, mudando a sua matriz produtiva para a agroecologia, juntando esforços para democratizar o acesso à educação em todos os níveis e priorizar a produção de alimentos saudáveis<sup>17</sup>.

Desde a década de 1990, a reivindicação da desapropriação de terras das empresas de celulose, na região do extremo sul baiano, não tem sido apenas em função de sua improdutividade, como ocorre na maioria dos casos de fazendas desapropriadas para fins de reforma agrária. As terras têm sido reivindicadas, pelos sujeitos do campo, também como reparação ao histórico de intensos impactos socioculturais e ambientais causados pelas empresas na região. Trata-se, assim, da exigência de devolução de terras e da dignidade das comunidades que existiam neste território antes da implantação do sistema capitalista ou modo de produção e consumo hegemônico (SOBRAL et al., 2014).

Segundo Malina (2013, p. 311), são 846.291,55 hectares de áreas devolutas que poderiam ser destinadas para fins de reforma agrária, considerando o total da

---

<sup>16</sup> Após a ocupação, as pessoas deixam de ser acampadas para se tornarem assentadas. Conforme Leite (2012), assentamentos são: projetos de reforma agrária com base na desapropriação por interesse social de imóveis rurais que não cumprem a sua função social; reassentamentos de realocação de população rural em razão da construção de usinas hidrelétricas; ações do programa oficial de colonização, projetos que valorizem terras públicas frutos da ação dos distintos governos, na utilização de recursos fundiários públicos para fins de reforma agrária. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão governamental responsável pela gestão da política de assentamentos no país.

<sup>17</sup> Programas e políticas públicas que, de alguma forma, atendam a demanda de comercialização de alimentos saudáveis produzidos por movimentos sociais são fundamentais. Compras institucionais de produtos oriundos da reforma agrária, realizadas pelo governo federal (via Companhia Nacional de Abastecimento, Conab) e a sua distribuição à sociedade, como, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na Política Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) contribuem para uma alimentação saudável da população e garante o escoamento de produção agroecológica dos movimentos. Tais programas e políticas (que precisam aprimorar-se) contrariam propostas como a do prefeito Dória, de São Paulo referente a distribuição de um farináceo para famílias empobrecidas, produzidos pela empresa Plataforma Sinergia fabricante do composto utilizando alimentos próximos da data de vencimento e fora do padrão de venda em supermercados. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-de-sp-dara-alimento-granulado-a-familias-carentes.ghtml>>.

área da região do extremo sul baiano (somando os 21 municípios que a integram). Contudo, segundo a autora, a maioria das áreas está sendo apropriada privadamente de maneira indevida, pela grilagem, isto é, pela apropriação ilegal de terras públicas por parte de especuladores, que segundo Delgado (2010), são cerca de 170 milhões de hectares grilados no Brasil.

Além disso, os dados da plataforma do Atlas: A geografia da agropecuária brasileira<sup>18</sup>, sobre a quantidade e tamanho de propriedades privadas por unidades da federação brasileira, demonstram que existem aproximadamente 402 mil imóveis em 53.180,50 hectares de terras privadas no estado da Bahia. Destes, apenas 3% dos imóveis (aprox. 12 mil) ocupam mais de 55% (aprox. 29.275 hectares) do total de área do Estado (considerada como grande propriedade). Por outro lado, 88% do total de imóveis, de pequenas propriedades, estão distribuídos em apenas 21% do total da área. Estes dados revelam a concentração fundiária produtora de desigualdade e conflito na região.

Conforme afirma Alentejano (2012), sejam quais forem às bases estatísticas, os dados que demonstram a concentração fundiária se repetem em diferentes estados do Brasil. Este fato se agrava ainda mais quando as categorias utilizadas pelos órgãos oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) dificultam compreender as especificidade e modalidades de acesso à terra existentes no Brasil. A exemplo temos as apropriações de terra típicas de comunidades tradicionais como faxinais, geraizeiros, dos fundos de pastos, das quebradeiras de coco, dos seringueiros, ribeirinhos, vazanteiros e, tantas outras, que deixam de ser caracterizadas e reconhecidas em suas complexidade e diversidade (ALENTEJANO, 2012, p. 355).

No Brasil, a concentração fundiária ocasiona inúmeros impactos negativos na formação de sociedade sustentáveis. Um deles é a dimensão produtiva de alimentos. Segundo o autor, são declarados como improdutivos ao Incra, cerca de 120 milhões de hectares dentro dos latifúndios. Seja porque nada produzem, ou porque produzem pouco, ou com pouca variedade, já que as áreas são geralmente destinadas à exportação ou a fins industriais.

Esta diminuição de produção de alimentos tem sido demonstrada pela redução de mais de 2,5 milhões de hectares de área plantadas com gêneros alimentares básicos (arroz, feijão, mandioca) e o aumento de 16 milhões de hectares

---

<sup>18</sup> Disponível em <<http://www.imaflora.org/atlasagropecuario/>>

de áreas plantadas com soja, milho e cana-de-açúcar. Além disso, as grandes propriedades destinam a maior parte de suas terras à pecuária extensiva e à plantação industrial de eucalipto, fatores que provocam insegurança alimentar (ibid).

Outro efeito da concentração fundiária apontado pelo autor é a facilitação da transferência do patrimônio natural brasileiro para o controle estrangeiro, uma vez que, a terra utilizada como mercadoria e negócio pode ser facilmente transacionada, ao passo que quando a terra é lugar de vida e cultura, a transferência da terra ao estrangeiro é dificultada (ALENTEJANO, 2012).

O que tem ocorrido no Brasil, particularmente, no extremo sul da Bahia, como vimos anteriormente, é uma intensa transferência de terras para fazendeiros, fundos de investimentos e empresas estrangeiras interessadas em ampliar seus negócios, por especuladores e fundos de investimento, valorizando as terras como ativos financeiros, e, por governos de países com limitações ambientais para o desenvolvimento da agricultura (ibid).

A fragilidade dos mecanismos de controle do Estado sobre o território brasileiro agrava esta situação, uma vez que o Incra, órgão responsável pela administração fundiária no Brasil, afirma que o governo não tem dados precisos sobre investidores e pessoas físicas que possuem terras no país, além de inúmeras lacunas legislativas facilitadoras do acesso de pessoas estrangeiras à propriedade da terra no Brasil, estimada em 4,5 milhões de hectares pelo próprio Incra, sem especificidade de destinação (ALENTEJANO, 2012).

Diante deste cenário, desde 2005, o MST e os outros movimentos sociais têm focado suas lutas na ocupação das terras devolutas, invadidas anteriormente (ou compradas de quem as grilou) pelas empresas multinacionais produtoras de eucalipto para celulose. Esta luta tem gerado frutos como a conquista de novos assentamentos nas áreas da antiga Aracruz, da Veracel e da Suzano.

Em 2005, o MST abrangia no extremo sul baiano 1.823 famílias assentadas e cerca de duas mil famílias acampadas. Quanto ao território geográfico, o MST ocupava, em 2010, 41.396 ha de terra (ARAÚJO, 2010). Com as reivindicações o movimento esperava conquistar aproximadamente 30 mil ha, assentando mais de duas mil famílias. Para isso, foram estabelecidas parcerias com universidades em busca de negociações com o Estado e empresas para avançar na reforma agrária, com a estruturação de assentamentos agroecológicos.

## Desenvolvimento e educação na (re)territorialização camponesa

No ano de 2013, o intenso conflito entre movimentos sociais e as empresas propiciou o surgimento do “Projeto Assentamentos Agroecológicos” na região do extremo sul da Bahia. Para isso, foi preciso uma articulação multi-institucional que envolveu a universidade de São Paulo, movimentos sociais, empresas do setor florestal da região e órgãos públicos relacionados à questão agrária. Este momento de conflito e negociação foi mencionado em entrevista por uma das educadoras populares do projeto, que atuou na “Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto”:

[...] existe conflito intenso na região. Ele não parou e nem vai parar, mas houve uma pacificação momentânea do conflito que estava bem intenso na época. Quando o movimento, a empresa e o governo federal estavam conversando, nem o MST queria negociar diretamente com as empresas ou receber dinheiro e funcionários, nem as empresas queriam negociar diretamente com o MST (educadora popular EB).

Como vemos, o conflito é resultado de forças opostas em condições políticas adversas e nesta desigual relação quem tem mais subsídios são as empresas. Portanto, as negociações, acordos ou pactos de trégua podem diminuir ou até “solucionar” o conflito específico, na relação entre as indústrias do agronegócio e os movimentos sociais. Entretanto, a conflitualidade da questão agrária permanece fixada e alimentada no dia-a-dia, na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o melhor tempo e as condições para novo conflito, até ser superada sua questão estrutural.

Cabe ressaltar que para seguir com a territorialização ou re-territorialização camponesa neste “Projeto de Assentamentos Agroecológicos” foi necessário que o movimento pensasse nas estruturas fundamentais para a criação ou a recriação da relação social camponesa pelo trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo. Com este propósito, o MST priorizou a construção de um centro de formação e referência em agroecologia e sistemas agroflorestais. Demanda que foi inserida no escopo do projeto, como afirma a educadora popular entrevistada:

[...] logo no começo do projeto, para além das áreas dos assentamentos, o MST queria uma escola de agroecologia. Então, junto com o projeto é preciso algo que perdure como patrimônio e que ajude o MST a impulsionar o movimento da agroecologia no sul da Bahia. E aí surge a escola. Que é um projeto gigantesco. Que está em construção. Em uma dessas fazendas conquistadas pelo movimento já tinha uma sede bem localizada que fica no município de Prado, porém mais próximo de Itamaraju e de Porto Seguro.

Então era uma boa localização para se montar a escola ali, a 25 Km de Itamaraju. Tinha a sede de uma das fazendas conquistada e ali [na sede] ficou sendo a escola Egídio Brunetto. (educadora popular EB).

O processo de implantação e atuação da “Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto”, localizada no Assentamento Jacy Rocha, município de Prado, reúne elementos práticos e políticos de articulação entre agroecologia e educação. Além disso, apresentam princípios pedagógicos e políticos que constituem as práticas educativas agroecológicas no contexto de re-territorialização camponesa, pautadas pelas situações concretas de produção material e social da vida, favorecendo a luta organizada e coletiva, e o desenvolvimento de um projeto de sociedade sustentável e democrática.

Segundo Moraes et al (2017) e Ribeiro et al. (2016) a criação da escola cumpre importante papel na luta pela reforma agrária e na reconstrução do território camponês. Ela foi apontada como uma demanda dos povos do bioma da Mata Atlântica por contribuir com a formação instrumental e políticas de base agroecológica, procurando desenvolver tecnologias apropriadas à agricultura camponesa, tendo em vista sua autonomia produtiva e sustentabilidade dos assentamentos, sendo as famílias as protagonistas desta transformação.

A escola pretende, segundo Léon et al. (2016) ser referência regional na formação em agroecologia e agroflorestal, construindo pilares como: coletividade, trabalho, estudo, participação e organicidade. Além disso, ela pretende praticar uma pedagogia que impulse a participação democrática das/os estudantes, a iniciativa e a criatividade, a coerência entre o que se ensina e o que se pratica, a construção dialógica e crítica do conhecimento, a valorização do campo e a identidade do sujeito assentado/agricultor/habitante do extremo sul da Bahia.

Nos dois primeiros anos, a escola focou na formação da própria equipe e da equipe que atua nos assentamentos agroecológicos. Também realizou atividades de formação em agroecologia, partindo de experiências concretas, a fim de consolidar referências regionais em assentamentos rurais. A ideia é que a escola faça parte do cotidiano das famílias assentadas e acampadas, sendo utilizada como apoio para sistematizar e compreender a realidade, capturar as demandas e contribuir com a transformação socioambiental no processo de territorialização camponesa, potenciais caminhos para a transição de sociedades sustentáveis.

## Considerações Finais

Pudemos verificar pela literatura estudada e por meio de entrevistas realizadas, que o MST articulado com outros movimentos sociais do campo, universidades e demais interlocutores tencionam as contradições socioambientais existentes no extremo sul da Bahia. Fato que se dá na disputa pelo território, pela soberania alimentar e por um modelo contra hegemônico de educação que se opõem ao modelo antiecológico e socialmente desigual do agronegócio e do tipo de educação adotada pelas indústrias de papel e celulose. Identificamos antagônicas projeções de educação e de desenvolvimento da sociedade, polarizadas em duas forças de disputa por território: o agronegócio versus a agricultura camponesa que traduzem fundamental contradição do capitalismo: contradição entre capital e trabalho.

De um lado, verificamos um modelo pautado na produção agrícola que projeta o capital, com o desenvolvimento da agricultura industrial capitalista mecanizada, com a utilização de aditivos químicos artificiais, a expulsão e a proletarização dos sujeitos do campo e a priorização do maior rendimento (eficiência e lucro) na produção e distribuição de alimentos. Este modelo diminui e até elimina a diversidade (social e ambiental) para o melhor controle dos resultados e apresenta como proposta pedagógica a educação rural ou corporativa com ênfase no controle dos comportamentos dos sujeitos, para a criação e a perpetuação de diferentes formas de dominação do trabalho e do conhecimento.

De outro lado, ressaltamos um modelo que projeta o futuro considerando particularmente a necessidade de se produzir alimentos para a reprodução da vida humana, no e com o ambiente, culminando na luta por soberania alimentar, pela reforma agrária popular, motivadas pela transformação socioambiental e a superação das relações capitalistas. Este modelo é voltado para uma educação que considera a vida concreta dos sujeitos como princípio pedagógico, bem como as contradições vividas por eles, com vistas a uma universalidade historicamente possível de humanização e libertação.

A agroecologia e a educação do campo nascem como propostas deste último modelo de desenvolvimento do campo e como estratégias de (re)territorialização camponesa. São áreas de conhecimento que envolvem amplo espectro de produção de saber científico e popular, fruto das ações políticas de movimentos sociais articulados que caminham na direção histórica da defesa de ampliação de direitos,

voltados aos interesses da classe trabalhadora, e que podem oferecer importante contribuição para a formação de sociedades sustentáveis ao apresentar um projeto de sociedade baseado em relações socioambientais, ao mesmo tempo mais ecológicas e democráticas.

A ameaça à existência das relações socioambientais camponesas coloca em risco a própria existência destes sujeitos e em consequência a formação de sociedades sustentáveis. Por isso, o embate entre a resistência camponesa e os fatores/agentes que ameaçam estes sujeitos é responsável pela geração de conflitos socioambientais que variam conforme o fator relacional que está ocasionando ou intensificando a ameaça, e que paradoxalmente impulsionam, no movimento da conflitualidade, as transformações pelos movimentos sociais, ainda que cercado de contradições e tentativa de cooptação epistemológica e prática que tentam esvaziar de sentido as ações contra hegemônicas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALENTEJANO, Paulo. Terra. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 742-745.

ALTVATER, Emar. Existe um marxismo ecológico? Trad. Rodrigo Rodrigues. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – Clacso, 2006. p. 327-349.

ARAÚJO, Marlene de. A luta pela terra na região extremo sul da Bahia/Brasil: um estudo da espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985-2005). In: **Congresso latino-americano de sociologia rural**. 2010, p. 1-20.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 259-267.

CASADO, Glória Guzmán; SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel Gonzalez. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

DA TERRA, Comissão Pastoral. **Conflitos no campo Brasil: Comissão Pastoral da Terra**, 2017.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: Moreira, R. J.; Bruno, R. (orgs.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2010, p. 17-53.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis**: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em perspectiva, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed.). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008a, p. 173-224.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo. Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

\_\_\_\_\_. Território camponês. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012, p. 744-748.

HIRATA, Thaís. União entre Suzano e Fibria forma a quinta maior empresa do Brasil. Texto disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/uniao-entre-suzano-e-fibria-forma-a-quinta-maior-empresa-do-brasil.shtml>>. Acesso em abril/2018.

KOOPMANS, José. Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul. **Cadernos do CEAS**: Revista crítica de humanidades, n. 222, p. 45-58, 2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, v.7, n. 14, 2012.

LEITE Sergio Pereira. Assentamento rural. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012, p. 110-114 .

LEÓN, Daniel Alfonso; REZENDE, Ana Paula Capello; SORRENTINO, Marcos; SANTOS, João Dagoberto dos; SOBRAL, João Portella; MIRANDA, Antônio de; RIBEIRO, Dionara Soares; KAGEYAMA Paulo Yoshio. Comunicação e agroecologia: a experiência da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1, 2016.

MALINA, Léa Lameirinhas. A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. 2013. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012, p. 447-453.

MÉSZÁROS, Isteván. **A educação para além do capital**. São Paulo, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. IICA, Brasília, 2006.

MORAES, Fernanda Correa de; PORTUGAL, Simone; RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; SILVA, Luciana Ferreira da; FRANCISCO, Ingrid Bardini; SILVA, Rafael Falcão;

SORRENTINO, Marcos. Alfabetização Agroecológica Ambientalista e o Laboratório de Educação e Política Ambiental–Oca/ESALQ/USP. **Cadernos de Agroecologia**, v. 12, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, Antonio Carlos Umbelino. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Carlos, A, F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PACHECO, Tânia. Apresentação realizada na Faculdade de Economia e Administração (FAE) da USP, dia 21 de fevereiro de 2017, no Seminário CORS “Crescimento econômico, meio ambiente e conflitos na América Latina”, em mesa compartilhada com Joan Martinez-Alier, da Universidade Autônoma de Barcelona. Coordenação de Maria Sylvia M. Saes (USP) e Beatriz Saes (Unicamp). Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/uma-breve-radiografia-dos-conflitos-ambientais-no-brasil-tendo-por-base-o-mapa-da-fiocruz/>>. Acesso em jun/2018.

PERPÉTUA, Guilherme Marini; THOMAZ Junior Antonio. Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: reflexões a partir da produção de celulose no Brasil contemporâneo. **Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA)**, VIII. Anais... Curitiba, 2017.

RIBEIRO, Dionara Soares; SANTOS, Valdete Oliveira; SOUZA, Juliana Lopes; KAI, Eliane Oliveira; SANTOS, Jeanderson de Souza. Educação e Agroecologia: Bioconstruindo a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

SANTOS, Claudia Santana; SILVA, José Luís Caetano da. Os impactos do plantio de eucalipto e da produção de celulose em comunidades tradicionais no extremo sul baiano. **Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, v. 2, 2004.

SOUZA, Ivonete Gonçalves de; OVERBEEK, Winfridus. **Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e Aracruz Celulose: uma história de ilegalidade, descaso e ganância**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOBRAL, João Portella; REZENDE, Ana Paula Capello; LEON, Daniel; CRESPI, Danielly; NAREZI, Gabriela; SANTOS, João Dagoberto dos; KAGEYAMA, Paulo Yoshio. Assentamentos agroecológicos no Extremo Sul da Bahia. In: **VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, 2014, Araraquara. Anais do VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, 2014.

SORRENTINO, Marcos; RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; PORTUGAL, Simone; MORAES, Fernanda Correa; SILVA, Rafael Falcão da (orgs.). **Educação agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017. 344 p.

STEDILE, João Pedro. Reforma agrária. In: CALDART, Roseli Saete et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. 2012, p. 659 – 668.

## NOTAS DE AUTOR

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Caroline Lins Ribeiro Ferreira** - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão da versão final do trabalho.

**Kelci Anne Pereira** - Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

**Amadeu José Montagnini Logarezzi** - Participação da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

#### **FINANCIAMENTO**

Bolsa concedida pela Capes - Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior

#### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica

#### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica

#### **LICENÇA DE USO**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

#### **HISTÓRICO**

Recebido em: 01-02-2019

Aprovado em: 16-03-2019